

Trabalho apresentado na data de 04/09/2025 como requisito para obtenção do título de Especialista em Atendimento Educacional Especializado.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
NEAD- NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO
TRABALHO APRESENTADO COMO PRÉ-REQUISITO DE CONCLUSÃO DE
CURSO (ANO 2025)

AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS REGULARES E SEUS IMPACTOS NA COMUNIDADE ESCOLAR DE SERRINHA DOS PINTOS – RN

José Anacleto da Silva Filho
Orientadora:
Maria de Fátima Oliveira Perínger

RESUMO

Uma das grandes conquistas da Educação brasileira tem a ver com as Políticas de Inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares de ensino, pois antes “destas políticas”, estes alunos eram privados do acesso ao ambiente das escolas regulares, e apenas uma pequena minoria “mais abastada” frequentava as escolas e/ou clínicas especializadas em educação especial, sem levar em consideração suas reais necessidades. Neste contexto, o artigo discorre sobre a efetividade destas ações inclusivas e seus impactos na comunidade escolar de Serrinha dos Pintos–RN. E tem por objetivo entender como se dá o atendimento realizado nestas escolas para crianças e adolescentes com deficiências e suas contribuições para o acesso, a permanência e o aprendizado destes e a sua integração com os demais alunos e o corpo da comunidade escolar, além de identificar os principais obstáculos enfrentados para a implementação destas políticas. Esta é uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica e de campo, construída por meio de um referencial teórico bem embasado em sites, artigos acadêmicos, leis, decretos, entre outros documentos oficiais de importante relevância para a construção deste documento. A pesquisa também lançou mão de uma abordagem exploratória por utilizar o método da pesquisa de campo amostral por meio de questionários semiestruturados com professores e mães de alunos com deficiência atendidas no Centro Municipal de Educação Infantil de Serrinha dos Pintos–RN, CMEI- Passinhos da Aprendizagem e tinha por objetivo responder à principal questão do estudo, compreender na prática quais os impactos destas estratégias na comunidade escolar?. E os resultados indicam que as diretrizes de inclusão para as pessoas com deficiência impactam de forma positiva a vida da comunidade escolar no que diz respeito à sua integração, convivência e à inserção na comunidade escolar. E apontou também que, apesar dos benefícios destas práticas no acesso das pessoas com deficiência nas escolas regulares, existem ainda muitos obstáculos a serem superados no que diz respeito à manutenção do aprendizado dos alunos, bem como problemas relacionados à estrutura, à formação de professores e demais profissionais e, principalmente, uma maior integração entre as pessoas com deficiência e a comunidade escolar.

Palavras-chave: Políticas. Inclusão. Desafios. Aprendizagem.

ABSTRACT

One of the greatest achievements of Brazilian education has been the inclusion policies for people with disabilities in regular schools. Prior to these policies, these students were deprived of access to regular school environments, and only a small, "wealthier" minority attended schools and/or clinics specializing in special education, without considering their real needs. In this context, this article discusses the effectiveness of these inclusive initiatives and their impact on the school community of Serrinha dos Pintos, Rio Grande do Norte. It aims to understand the services provided in these schools for children and adolescents with disabilities and their contributions to their access, retention, and learning, as well as their integration with other students and the wider school community. It also identifies the main obstacles to implementing these policies. This is qualitative bibliographic and field research, constructed through a theoretical framework well-grounded in websites, academic articles, laws, decrees, and other official documents of significant relevance to the development of this document. The research also adopted an exploratory approach, employing a field-based sampling method through semi-structured questionnaires with teachers and mothers of students with disabilities attending the Municipal Early Childhood Education Center of Serrinha dos Pintos, Rio Grande do Norte (CMEI - Passinhos da Aprendizagem). The objective was to answer the main question of the study: to understand the practical impact of these strategies on the school community. The results indicate that inclusion guidelines for people with disabilities positively impact the school community, with regard to their integration, coexistence, and integration into the school community. It also highlighted that, despite the benefits of these practices in accessing regular schools for people with disabilities, there are still many obstacles to be overcome in maintaining student learning, as well as problems related to infrastructure, teacher and other professional training, and, most importantly, greater integration between people with disabilities and the school community.

Keywords: Policies. Inclusion. Challenges. Learning.

1 INTRODUÇÃO

A busca de uma Educação Pública de qualidade e para todos começa a ganhar força a partir dos anos 1990, com importantes eventos de fortalecimento da Educação, pois a pessoa com deficiência não era reconhecida como cidadão, tão pouco tinha acesso aos ambientes primordiais da sociedade, como o esporte, o lazer e sequer tinha acesso ao ambiente escolar.

Diante da necessidade de incluir “estas pessoas” na sociedade através do ambiente regular de ensino, a criação de Políticas de Inclusão tem sido um marco fundamental rumo a garantias dos direitos e o reconhecimento da pessoa com deficiência como um ser humano pleno. Ela precisa ser atendida em suas necessidades, ter a oportunidade de participar ativamente da sociedade em que vive. Deve a este ser garantido o acesso, a continuidade de seu desenvolvimento na sociedade em que vive através do ambiente escolar.

O presente trabalho foi construído por um sólido referencial teórico composto de artigos, sites, revistas, livros e outros documentos que tratam das políticas públicas de inclusão da pessoa com deficiência e ainda uma pesquisa de campo com 05 (cinco) mães de pessoas com deficiência, o que corresponde a 33% das pessoas com deficiência da referida instituição, e com três profissionais da Educação, uma diretora e três professoras do Centro de Educação Infantil, CEMEI – Passinhos da Aprendizagem de Serrinha dos Pintos–RN.

Esta pesquisa se justifica graças ao crescente número de pessoas com deficiência nas escolas públicas de Serrinha dos Pintos–RN, à necessidade de profissionais qualificados para o atendimento dessas pessoas, bem como à dificuldade de garantir o aprendizado e a socialização efetiva “destes alunos” no ambiente das escolas regulares.

Este estudo é fundamental para uma melhor percepção de como as políticas educacionais impactam na vida das pessoas com deficiência e seus principais desafios rumo ao seu desenvolvimento como cidadão.

A pesquisa a seguir apresenta os Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva no Brasil, como as convenções internacionais de iniciativas da Unesco, o Instituto Benjamin Constant, o Compromisso de Dakar entre outros que formaram a base inicial para o processo de maturação e fortalecimento e criação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e outros documentos normativos como decretos, resoluções e portarias e Leis que amparam a Educação Inclusiva no Brasil.

Essas políticas foram e são fundamentais para o processo de inclusão das pessoas com deficiência, bem como para a garantia de direitos e promoção da diversidade, porém, apesar destes avanços, existem muitos desafios a serem superados para que de fato a inclusão aconteça de fato e de verdade.

O estudo é fundamental para uma melhor percepção de como as políticas educacionais impactam na vida das pessoas com deficiência e os seus principais desafios rumo ao seu desenvolvimento como cidadão.

A pesquisa a seguir apresenta os Marcos Político-Legais da Educação Especial na compreensão da Educação Inclusiva no Brasil, como as convenções internacionais de iniciativas da UNESCO, o Instituto Benjamin Constant, o Compromisso de Dakar entre outros documentos que formam a base inicial para o processo de maturação, fortalecimento destas políticas, culminando com a criação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e outros documentos normativos como decretos, resoluções, portarias e leis que amparam a Educação Inclusiva no Brasil.

E tem por objetivo identificar os principais desafios enfrentados pelos programas de inclusão para as pessoas com deficiências nas escolas regulares, identificando os avanços e dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar e até que ponto essas políticas têm contribuído para o acesso, permanência e aprendizado das pessoas com deficiência e dos demais agentes que compõem o corpo escolar.

Uma vez que não basta o aluno estar matriculado na escola, mas precisa garantir sua permanência, o seu desenvolvimento, identificando os avanços alcançados para ampliar e fortalecer as ações que têm sido positivas na intervenção deste estudante, enquanto identifica as principais dificuldade a serem enfrentados rumo ao aperfeiçoamento e fortalecimento dessas iniciativas inclusivas como a de formação dos profissionais, a organização e ampliação dos espaços físicos e principalmente a articulação com a comunidade escolar e o convívio da pessoa com deficiência.

Desta forma, é preciso pensar em estratégias e ações que valorizem a diversidade e a integração entre as escolas e as pessoas com deficiência, fortalecendo os caminhos e o desenvolvimento de estratégias capazes de trazer reflexões que contribuam na mitigação dos principais problemas identificados pela pesquisa que estejam dificultando o desenvolvimento pleno das ações educacionais de inclusão no ambiente escolar.

Logo, é preciso incentivar práticas e ações que estão tendo êxito, a fim de serem replicadas, ampliadas e aperfeiçoadas rumo ao fortalecimento dessas práticas inclusivas. Refletindo sobre a formação dos profissionais que atendem ao público e suas relações de integração com a escola e a comunidade, garantindo não apenas o amplo acesso da pessoa com deficiência nos bancos das escolas, além da continuidade deste aprendizado, mas a sua permanência, o seu aprendizado, visando o desenvolvimento destas em suas necessidades, promovendo acima de tudo para sua socialização a partir do convívio com diferentes seres humanos.

2 DESENVOLVIMENTO

Ao longo do processo de desenvolvimento da educação brasileira, a escola nem sempre foi um lugar inclusivo. Pessoas pobres, negras e mulheres eram excluídas dos bancos escolares, e, se tratando de pessoas com deficiência, a exclusão era ainda maior, pois eram consideradas loucas, frutos de castigos divinos, e quando tinham acesso a algum tipo de educação, este era dispensado em clínicas especiais, asilos ou outros espaços excludentes da sociedade, pois se acreditava que estas não precisavam de aprendizado ou eram capazes de

desenvolver algum aprendizado.

Diante dessas injustiças, foram surgindo políticas de inclusão que visavam a inserção de todas as pessoas, independente de suas limitações físicas, sociais, políticas, ou cognitivas, culminando com a Declaração Universal da Constituição brasileira, que apresenta a Educação como direito de todos, dever do estado e da família.

As ações que veremos a seguir apresentam os Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva conforme é apresentado em: Brasil (2010, p.11 – 16) traz uma lista de Leis, Decretos, conversões e outros documentos que são fundamentais no desenvolvimento das Políticas de Inclusão da pessoa com deficiência, como segue:

A Convenção Interamericana para de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência; B) Declaração Universal dos Direitos Humanos; C) A Unesco e a Educação Na América Latina e Caribe; D) Educação para Todos o Compromisso de Dakar; E) A Unesco no Brasil: Consolidando Compromissos; F) Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade; e XXX. A 1854 o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, em 1857, Instituto Benjamin Constant, 1857, Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX, Instituto Pestalozzi – 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, Amigos dos Excepcionais – APAE e; em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 74.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. A Lei nº. 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir ‘tratamento especial’ para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender as necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais. Em 1973, é criado no MEC o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP. A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “a promoção do bem-estar de todos, sem preconceitos de raça, sexo, cor, idade, nacionalidade, orientação sexual e ou quaisquer outras formas de discriminação” (IV). O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90, artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados, ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), Declaração de Salamanca (1994), passam, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, , Em 1999, o Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação, especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, O Decreto nº 6.094/2007 estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas. (Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

As políticas de inclusão da pessoa com deficiência nas escolas regulares são umas das mais importantes ferramentas de socialização e promoção da diversidade no Brasil, pois permitem que todos os alunos, independentemente de suas limitações físicas, sociais, emocionais ou de qualquer ordem, tenham a possibilidade de acessar o ambiente escolar, garantam sua permanência e desenvolvam o aprendizado condizente com suas necessidades e limitações.

É claro que dentro de suas limitações, ampliando as possibilidades, ao mesmo tempo que sejam integrados à comunidade e encontrem o seu lugar no tempo e o espaço por meio de sua inserção nas escolas e a partir daí possam integrar gradativamente um mundo rico e diverso que só estará completo em sua diversidade, quando os diferentes sejam atendidos e acolhidos em suas necessidades.

Ao falar da inserção escolar de alunos com deficiência intelectual, Fabrícia Gomes Silva afirma que “A Educação de pessoas com deficiência, no âmbito da Escola regular, começa a ser impulsionada após o apoio das agências internacionais como Unesco e o Banco Mundial, vendo a Educação como ponto central do desenvolvimento de um país.” (SILVA, 2011, p. 6).

Por esse motivo, as escolas são, por natureza, um dos principais elos de ligação entre a família e a sociedade, sendo este o promotor social do desenvolvimento de pessoas e preparação “destes” para a vida em sociedade. Em: Brasil (1990, p. 2) também apresenta o artigo terceiro do Estatuto da Criança, falando sobre as garantias e direitos da Criança e do Adolescente, como segue.

(...) Assim, o ECA estabelece que: o Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, defende que independentemente de suas condições sociais, culturais, de cor, orientação sexual que o aluno tenha ou não uma deficiência, tem o direito garantido ao seu desenvolvimento integral, a ser atendido em qualquer órgão público e a escola precisa oferecer as condições necessárias ao seu acesso e o seu desenvolvimento como pessoa humana, sem discriminação.

Assim, o ECA também estabelece em Brasil (1990), em seu Art. 4º que: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao

esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Em concordância com o apresentado neste documento, a criança ou adolescente não deve ser privada do acesso ao ambiente escolar, por conta de uma deficiência, por mais desafiante que esta possa ser. A família deve matriculá-la e buscar junto aos órgãos públicos da comunidade formas de incluir a criança, a partir do convívio escolar com outras crianças. Na escola, ela precisa receber auxílio profissional de professores qualificados e de profissionais de suporte psicológico quando necessário, atividades adaptadas e outros recursos que ajudarão a criança ou o adolescente em seu processo de adaptação, de inserção e inclusão na vida escolar e na comunidade em que vive.

Um ponto determinante nas garantias dos direitos dos estudantes com deficiência, está na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que traz um conjunto de garantias legais como as especificadas em Brasil (2015p.2) em seu Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I - Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida...

Este documento traz em seu conjunto de possibilidades, entre as quais podemos destacar não apenas a acessibilidade, mas as condições necessárias ao seu desenvolvimento em todos os seus setores, abrangendo aspectos como estrutura física, acesso ao transporte, adaptações físicas, pedagógicas e atitudinais, visando o atendimento pleno destes alunos, independente se esse aluno é do campo ou da cidade ou outras condições.

A É na escola que a criança dar seus primeiros passos rumo a socialização mais ampla com diferentes crianças e recebe a influência da comunidade escolar e principalmente no convívio e aprendizado com o professor, com a professora que deve estar preparado ou preparada para o acolhimento e o ensino de qualquer criança, independentemente de sua necessidade.

Por mais que em alguns casos, será necessário o auxílio de psicólogos, do apoio dos familiares, auxiliares de sala, mas a responsabilidade primordial do aluno é do professor, neste sentido Silva e Anjos (2019), desta forma, cabe ao docente saber e aprender a lidar com as diferenças, o ensino permeia vários aspectos da educação e o professor é visto como

mediador na sala de aula e seu compromisso é para todos e com todos os alunos.

A busca pelo conhecimento deve fazer parte de seu cotidiano. O aluno, ao chegar na escola, traz consigo uma gama de sabedoria que adquiriu no decorrer dos dias: no ambiente familiar, na igreja, com os amigos, vizinhos, e principalmente contato direto com outros setores da comunidade. Ao falar da inclusão destes indivíduos no ambiente das escolas regulares.

A valorização do saber do aluno é importante para seu crescimento educativo como pessoa e, assim, a formação de seu futuro como cidadão.

É inegável que falar em inclusão é um tanto complexo, pois o termo é profuso e genérico, principalmente no contexto cultural brasileiro, visto que esta é uma sociedade marcada pelas diversidades; conviver e aceitar o outro exige estilo e arte; acima de tudo, a consciência de que o outro é nosso semelhante, que deve ser respeitado, amado e acolhido.

Assim, diante da relevância das intervenções inclusivas nos espaços escolares, Oliveira (2023), defende que o essencial de uma boa política inclusiva para o aluno com deficiência está no bom relacionamento de todos os seres frente a suas diversidades, torna-se de fundamental importância o desenvolvimento e fortalecimento dessas diretrizes como ferramentas de inclusão nas escolas visando a superação dos principais desafios que hoje emperram e dificultam o processo natural de interação entre os alunos e a comunidade que faz a escola.

2.1 A Metodologia

2.1 A Metodologia

O estudo foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo, e foi desenvolvido no período compreendido entre fevereiro e julho de 2025.

A pesquisa bibliográfica foi realizada através de busca em sites, livros, revistas digitais e artigos, jornais, livros e/ou periódicos de autores relevantes que publicaram trabalhos com a temática da inclusão da pessoa com deficiência no ambiente da escola regular.

Os materiais foram colhidos, estudados e selecionadas as referências mais relevantes para o trabalho, visando embasar teoricamente o referido artigo. Segundo Gil (2008), a pesquisa teórica é uma etapa fundamental em qualquer tipo de estudo, possibilitando ao pesquisador embasar teoricamente seu estudo e situá-lo em relação ao conhecimento já

produzido sobre o tema. E é por meio deste que se identificam os principais conceitos e debates relevantes para a pesquisa.

O estudo foi desenvolvido por meio de etapas. A primeira etapa foi a coleta da pesquisa bibliográfica, pois, para Gil (2008), entende-se como pesquisa bibliográfica a leitura, a análise e a interpretação de um material escrito, no qual podemos citar livros, revistas, imagens, manuscritos, mapas, documentos, entre tantos outros.

O segundo momento foi realizado por meio das pesquisas de campo, estas foram impressas e entregues aos pais de alunos e professores da então instituição CMEI- Passinhos da Aprendizagem de Serrinha dos Pintos-RN, e é quantitativa–Descritiva, e tinha por objetivo conferir hipóteses, analisar fatos, avaliar algumas variáveis da política de inclusão por meio da coleta de alguns dados, tais quais:

O número de pessoas com deficiência em determinada escola, quantas destas são TEA, entre outras informações, é qualitativa na medida em que as questões serão analisadas e as perguntas em sua maioria são subjetivas, mas fundamental na compreensão das questões mais importantes deste estudo.

Os resultados serão apresentados em uma abordagem qualitativa, “que se caracteriza pela qualificação dos dados coletados, no processo analítico do problema” (Henrique, 2009, p. 12).

A terceira etapa foi a de análise dos dados da pesquisa bibliográfica e de campo para comparação entre as informações obtidas, conforme afirma Gil (2008). O método comparativo é interessante por permitir uma melhor compreensão das diferenças entre características sociais e fenômenos no espaço e no tempo, estabelecendo um importante diálogo entre a realidade dos fatos.

Já a quarta etapa de construção do texto inclui a interpretação e construção das informações para o referencial teórico e construção do corpo do artigo.

A população da cidade de Serrinha dos Pintos (RN) chegou a 4.659 pessoas no Censo de 2022, o que representa um aumento de 2,62% em comparação com o Censo de 2010. Os resultados foram divulgados nesta quarta-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 28 de jun. de 2023. População de Serrinha dos Pintos (RN) é de 4.659 pessoas.

Figura I- Foto da Praça da Matriz de Serrinha dos Pintos-RN



Fonte: Arquivos do Município de Serrinha dos Pintos-RN de 2025.

Em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 96,1%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 141 de 167. Quando comparada com municípios de todo o país, ficava na posição 4499 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2021, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 5 e para os anos finais, de 4,3. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 29 e 34 de 167. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 3649 e 3810 de 5570.

O município de Serrinha dos Pintos-RN, até a presente data de 15/07/2025, tem um total de 1011 alunos nas suas 06 escolas, todas na rede pública de ensino, distribuídas da seguinte forma: 04 escolas na rede municipal, sendo elas: CMEI – Passinhos da Aprendizagem com o total de 194 alunos matriculados, Escola Municipal Leís Gomes de Oliveira com 384 alunos, e as Escolas rurais: Escola Municipal Egídio Fernandes de Souza com 116 alunos e a Escola Municipal Cristalino Vaz da Silva com 14 alunos. E as da rede estadual: Escola Estadual Serrinha dos Pintos com 112 alunos - e Estadual Francisco de Assis da Silva com 191 alunos.

Quando se trata de alunos com deficiência matriculados nas referidas escolas os dados apontam a seguinte situação: CMEI Passinhos da Aprendizagem 14 alunos com deficiência com laudos e 7 alunos em investigação, Escola Municipal Leís Gomes, 20 alunos

com deficiência, Escola Municipal Egídio Fernandes de Souza 04 alunos com laudos e três alunos em investigação, Escola Municipal Cristalino Vaz da Silva 01 aluno com deficiência, Escola Estadual Serrinha dos Pintos 17 alunos com deficiência, e Escola Estadual Francisco de Assis 10 alunos com deficiência em um total de 66 alunos com deficiência sem contar com os vários alunos em investigação, o que corresponde a um percentual de 6,52 % de todos os alunos matriculados nas escolas deste município. Veja no quadro da figura 02 como segue.

Figura II- Quadro comparativo entre o total de alunos e nº de PCDs de cada escola e a representação percentual total de alunos matriculados 2025.

Escolas	Nº ALUNOS	Percentual de alunos referente ao total	Nº P.C.Ds	Percentual de PCDs por escola referente ao nº total de PCDS do Município.
CMEI.P.A	194 alunos	19,18%	14 PCDs	21,212% dos PCDs
E.M.L.G.O	384 alunos	37,982%	20 PCDs	30,303% dos PCDs
E.M.E.F.S	116 alunos	11,473	04 PCD,s	6% dos PCDS
E.M.C.V.S	14 alunos	1,38%	01 PCD	1,51 % PCDs
E.E.S.P	112 alunos	11,07 %	17 PCDs	25% PCDS
E.E.F.A.S	191 alunos	18,89%	10 PCDs	15,51% dos PCDs
Total	1011	100%	66 PCDs	100%

Fonte: Dados do SEMESP – Secretaria Municipal de Educação de Serrinha dos Pintos - RN. 2025

Foram realizadas duas pesquisas de campo com oito pessoas que fazem parte da Escola de Educação Infantil CMEI – Passinhos de Aprendizagens da cidade de Serrinha dos Pintos – RN. Cinco mães de crianças com deficiência e 03 profissionais, professores que trabalham com crianças nesta mesma instituição.

2.2 A Pesquisa nº I-

Foi realizada com cinco mães de alunos com deficiência do CMEI Passinhos da Aprendizagem.

A Pesquisa de Campo é uma pesquisa amostral realizada com profissionais e mães de alunos com deficiência do CMEI Passinhos da Aprendizagem, o que corresponde a 19,18% do total de alunos matriculados em todas as escolas e a 21,212% do total de alunos deficientes matriculados na rede educacional de Serrinha dos Pintos – RN, conforme segue o quadro da figura 2 acima apresentada.

E tem por objetivo identificar a funcionalidade das Políticas da Educação Inclusiva nas escolas regulares de Serrinha dos Pintos-RN, e os impactos na comunidade escolar tomando como base os dados apresentados, os referenciais teóricos e a pesquisa com pais e responsáveis pelas Pessoas com Deficiência.

A pesquisa na Educação se justifica por entender que a Educação Infantil é a base de todo o processo educacional, bem como de qualquer política que precisa ser enraizada e replicada na sociedade. Embora as políticas de inclusão devam ser efetuadas e implementadas em todas as etapas de ensino, é na Educação Infantil que se tornam ainda mais eficazes, pois é o momento de desenvolvimento e formação do indivíduo, e nesta etapa da vida, este vai desde cedo aprendendo a conviver com o diferente e neste sentido Oliveira (2023) escreveu que a Educação Inclusiva deve ser pensada e trabalhada desde o Ensino Infantil, que compreende a faixa etária de zero a cinco anos e antecede o Ensino Fundamental, é de suma importância que comece nessa faixa etária, uma vez que é na Educação Infantil que se desenvolvem as bases necessárias para o conhecimento”.

Participaram da pesquisa 05 mães de crianças e três profissionais, professores e uma diretora da Instituição que trabalham com alunos do regular e atendem crianças com deficiência do Centro Municipal de Educação Infantil – (CMEI) - Passinhos da Aprendizagem de Serrinha dos Pintos-RN. Veja a figura 3.

Figura III- Imagem da Frente do CMEI – Passinhos da Aprendizagem.



Fonte CMEI- Passinhos de Aprendizagem-Serrinha dos Pintos-RN- 2025.

O que chamou a atenção na pesquisa foi o fato do grande número de pessoas com diagnóstico de alunos com Transtorno do Espectro Autista – TEA, na instituição, pois dos 14 alunos com deficiência, oito deles apresentam diagnóstico de TEA, um percentual de 57% dos alunos conforme o apresentado no quadro a seguir, e soma-se a isso o fato de que três destes alunos apresentam o TEA associado ao TOD ou TDAH conforme a figura 04 apresenta. Um número assustador quanto ao aumento de casos de TEA no município de Serrinha dos Pintos.

Figura IV- Quadro Geral de apresentação do quadro de atendimento do CMEI Passinhos da Aprendizagem

Dados	Total	Percentual
Alunos matriculados	194 alunos	100%
Alunos com deficiência e diagnóstico.	14 alunos	100%
Alunos acompanhados com diagnóstico	07 alunos	100%
Salas de aulas	12 salas	100%
Salas de AEE	1 sala de AEE	8,33%
Professores	12 Professores	52% dos professores
Auxiliares de Sala	11 professores	47,82% dos professores
Equipe Multiprofissional	Psicóloga, Assistente social, Nutricionista e coordenadora Pedagógica, Atendente de sala AEE-	100%
Equipe de Apoio	10 ASGs, porteiro, merendeiras, limpeza, cuidadores etc.	100%
Diretora	01	100%

Fonte: Dados da SEMESP – Secretaria Municipal de Educação de Serrinha dos Pintos - RN. 2025

A escola tem 194 alunos devidamente matriculados e conta com 14 alunos com deficiência com laudos médicos “fechados” e mais 07 (sete) crianças em análise que realizam acompanhamento com neurologistas para conclusão de diagnóstico. A deficiência mais comum é a de autismo. A escola oferece atendimento para pessoas com deficiência, tem uma equipe multiprofissional que garante um suporte pedagógico, atendimento psicológico, assistente social, nutricionista e psicopedagoga e o apoio constante dos técnicos da Secretaria de Educação do Município que, juntamente com a gestão, oferece todo suporte necessário.

Temos nas dependências da Instituição uma Sala de AEE – (Atendimento Educacional Especializado). A profissional é habilitada, aplicadora em ABA e realiza um trabalho de acompanhamento com as crianças em parceria com seus familiares. Apesar das

dificuldades ainda enfrentada pela escola, a Gestão municipal está empenhada em oferecer o máximo de qualidade no atendimento, acolhimento de todo seu corpo docente, independentemente de suas necessidades, rumo a inclusão e superação dos desafios.

O segundo momento da pesquisa tem a ver com as entrevistas, com questões semiestruturadas, em uma das escolas da Rede de Ensino, e a escola escolhida foi o CMEI Passinhos da Aprendizagem, por ter proporcionalmente um grande número de alunos com deficiência. Um total de 14 alunos com deficiência dos 194 alunos matriculados, um percentual de 7,21% de alunos deficientes nesta instituição de ensino.

Figura V- Quadro apresentando o número de alunos e o percentual de deficiência em relação a própria escola.

Dados	Total	Percentual
Alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA	8 alunos	57%
Dispraxia da fala	1 aluno	7,1%
Transtorno motor da Fala	1 aluno	7,1%
Baixa visão	1 aluno	7,1%
TDAH e TOD	1	7,1%
Síndrome Down	1	7,1%
Baixa visão	1	7,1%
TEA, TDAH e TOD	1	7,1%
TEA e TDAH	1	7,1%
Apenas TEA	5	35,71%

Fonte: CMEI -Passinhos da Aprendizagem de Serrinha dos Pintos-RN – 2025.

A pesquisa é uma amostra, pois foram entrevistados 05 pais de alunos com deficiência, um percentual de 2,57% do total de alunos matriculados em 2025, tem certa relevância na compreensão dos objetivos, mas se torna ainda mais relevante se levar em conta que o número de mães participantes corresponde a 35,71 % do total de alunos com deficiência na referida escola, a pesquisa corresponde a mais de um terço do total do público prioritário do estudo, aumentando assim o seu nível de relevância dentro da pesquisa.

Figura VI – Quadro com o número de mães de alunos CPDs participantes da pesquisa.

Dados	Total	Percentual
Total de alunos da instituição	194 alunos	100% dos alunos

Total de participantes da pesquisa com relação ao total de alunos.	5 mães de alunos CPDS%	2,57%
Número de PCDs no CMEI	14 alunos PCDs	100%
Total de participantes da pesquisa com relação ao nº de PCDs.	5 mães de PCDs	35,71%

Fonte: CMEI - Passinhos da Aprendizagem de Serrinha dos Pintos – RN 2025.

Este estudo foi realizado por meio do seguinte questionário, contendo sete questões básicas destinadas a pessoas com deficiência e seus familiares, e tinha por objetivo compreender na prática o funcionamento das Políticas de Inclusão e o atendimento das crianças com deficiência nas escolas regulares, o grau de impacto na vida destes alunos, o grau de satisfação e possíveis problemas que possam dificultar o pleno desenvolvimento das políticas. E, ao mesmo tempo, entender como as famílias estão situadas dentro de uma proposta de Educação Inclusiva.

Tendo em mente que a escola não precisa ser o primeiro lugar onde o processo de inclusão deva começar, pois, segundo Oliveira (2023), A inclusão começa em casa, na família, é na família que a criança recebe os primeiros cuidados, os primeiros ensinamentos que vão ser estendidos para a sociedade; “é nessa instituição que se deve entender a situação e trabalhar em parceria com a escola para que as crianças possam se sentir incluídas, cuidadas e amadas, tentando com esforço remover toda forma de preconceito e indiferença”. (OLIVEIRA, 2023. P.2).

O questionário foi respondido por 05 mães de alunos e continha as seguintes perguntas, cujas respectivas respostas serão acrescentadas no anexo deste documento:

1- Você é ou tem um familiar com deficiência?

2- Você ou um familiar têm acesso ao sistema regular de ensino?

3- A escola que você ou seu familiar é atendido oferece uma educação condizente com suas necessidades? Justifique:

4- Se sim, como é feito este atendimento?

5- Você está satisfeito(a) com o tipo de atendimento educacional recebido em sua escola?

6- Referente às Políticas de Inclusão, quais os pontos positivos e os desafios enfrentados por você ou seu familiar nas escolas?

7- Se tiver alguma observação ou algo que gostaria de acrescentar na pesquisa, fique à vontade para comentar.

Ao analisar as respostas dos primeiros participantes, obtemos o seguinte: as cinco mães participantes afirmaram ter pelo menos um familiar, filho ou filha com deficiência, e estes estão matriculados no sistema regular de ensino. Também foram de acordo que, em parte, a escola onde os filhos são atendidos oferece uma educação condizente com suas necessidades e justificaram que, em alguns pontos, a escola deixa a desejar, especialmente no quesito de poucos profissionais para o atendimento satisfatório a todas as necessidades de aprendizagem e interação de seus filhos.

Relataram ainda que o aluno fica na sala de aula juntamente com os demais alunos, com acompanhamento da auxiliar de sala e do professor da turma, e desenvolve atividades adaptadas conforme necessidade e recursos pedagógicos para facilitar a compreensão. Confirmaram que, além das atividades em sala de aula, também são atendidos periodicamente na sala de AEE com um profissional específico para este fim, e outros citaram o acompanhamento por psicólogos e nutricionista e atividades adaptadas conforme a necessidade. Já uma das entrevistadas falou que o atendimento à psicóloga não tem e precisa pagar do próprio bolso.

Ao falarem do nível de satisfação com o tipo de atendimento educacional recebido em sua escola, quatro dos cinco participantes afirmaram positivamente que reconhecem o esforço da escola em prestar o atendimento, enquanto um dos entrevistados afirmou que em parte, mas que a escola deixa ainda a desejar, em especial referente aos ajudantes de sala considerados insuficientes pela quantidade e demanda.

Referente às Políticas de Inclusão, quais são os pontos positivos e os desafios enfrentados por você ou seu familiar? As respostas foram as seguintes: Pontos positivos têm a ver com a visibilidade social, uma vez que a criança deficiente no ambiente escolar regular passa a ter visibilidade social, passa de fato a existir na comunidade, a conscientização de suas necessidades e de seus potenciais, faz com que mais e mais pessoas busquem as escolas,

necessitando assim de ampliação de salas e de um maior aprendizado dos profissionais e do corpo da comunidade escolar em lidar com o público e passar a acolher de forma correta.

Os desafios citados foram os seguintes: melhorar a formação de professores, o aumento de psicólogos e auxiliares de sala, e outro ressaltou que o sistema de ensino ainda não é inclusivo e que a inclusão de fato só acontece quando todos da comunidade escolar forem inclusivos e não apenas por meio de algumas adaptações.

E na última questão sobre as sugestões, apenas dois participantes sugeriram melhorias para o atendimento de seus filhos em dois pontos específicos: ampliação das formações de qualificação profissional e a ampliação do número destes profissionais, psicólogos e auxiliares de sala.

2.3 A segunda pesquisa:

Foi realizada por quatro profissionais do CMEI Passinhos da Aprendizagem entre os dias 20 de julho à 13 de julho 2025.

Na segunda pesquisa, do mesmo segmento, com 03 profissionais da Instituição entrevistados, três professoras, sendo que uma delas é diretora da instituição. A pesquisa é amostral e representa 13,4% das 23 professoras que trabalham na instituição e é complementar à pesquisa com as mães dos alunos por atender os mesmos objetivos da pesquisa anterior, compreender o funcionamento das políticas de inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares, só que na versão ou ponto de vista dos profissionais e não somente dos representantes dos alunos com deficiência.

Figura VII - Quadro de apresentação da pesquisa com profissionais do CMEI Passinhos da Aprendizagem:

Dados	Total	Percentual
Número total de professores na instituição	23	100%
Número de professores Regentes	12 professores	52,17%
Número de professores auxiliares de sala	11 professores	47,8%
Número de professores participantes	03 Professores	13,4%

Fonte: Dados do SEMESP – Secretaria Municipal de Educação de Serrinha dos Pintos - 2025

O segundo questionário tinha também o mesmo objetivo, só que na visão de 04 profissionais da Educação da referida instituição: uma professora diretora, duas professoras que atuam com os alunos regulares e com pessoas com deficiência e uma auxiliar de sala. É composta de 04 (quatro) questões, sendo a primeira subdividida em três. E tem por objetivo identificar os impactos na comunidade escolar ocasionados pela inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares. Contava com as seguintes 04 questões:

1- Sua escola oferece atendimento para pessoas com deficiência?

a) Quantos alunos laudados tem em sua escola?

b) E quais deficiências são mais comuns?

2- Se sim, como é feito o atendimento das pessoas com deficiência?

3- Quais são os impactos da Educação Inclusiva na comunidade escolar?

4- E, por último, quais são os principais desafios da Educação Inclusiva em sua realidade escolar?

Como resposta obtivemos as seguintes afirmações: Na questão 01, os profissionais foram unânimes em afirmar que sim, a Escola oferece atendimento para pessoas com deficiências em sala regular e, nos casos em que há necessidade, também tem o professor auxiliar de sala para dar suporte a estes alunos, além da sala de AEE. O professor traz atividades adaptadas a cada necessidade e estes alunos ainda dispõem de acompanhamento de uma equipe multiprofissional com nutricionista, assistente social e psicólogo, além do suporte constante da Secretaria Municipal de Educação. Na resposta sobre o número de 15 (quinze) alunos com deficiência com laudo médico, 07 (sete) destas crianças realizam acompanhamento com neurologistas. A deficiência mais comum é a de autismo, representando a grande maioria das pessoas com deficiência na escola.

Ao responderem à questão, dois professores citaram que, além do acompanhamento na sala regular diariamente e com a equipe multi, quando necessário, estes alunos são acompanhados periodicamente, uma vez por semana, na sala de AEE - (Atendimento Educacional Especializado). “Um atendimento individualizado, respeitando as necessidades específicas de cada criança, garantindo assim que ela tenha acesso à aprendizagem, socialização e desenvolvimento num ambiente inclusivo e acolhedor.”

Na questão 03 (três), que trata sobre os impactos deste atendimento, da Educação inclusiva na comunidade escolar, todos foram de acordo que a Educação inclusiva traz uma série de impactos positivos para toda comunidade escolar, como: Igualdade, empatia e respeito, colaboração, humanização e promoção da diversidade.

Na questão 04 (quatro), que trata sobre os desafios, é a adaptação que é um processo contínuo e leva tempo. A equipe está se preparando pouco a pouco, buscando a compreensão, a capacitação para este atendimento mais humanizado, a dificuldade de trabalhar com as famílias, dar o acolhimento necessário, é lidar e orientar os profissionais, a formação que ainda é inadequada, os espaços físicos reduzidos e que não favorecem o desenvolvimento pleno do aprendizado e, por último, a gestão de conflito, pois inevitavelmente isso acontece.

Enfim, as políticas de inclusão estão desempenhando um papel fundamental no acesso e aprendizado da criança com deficiência na escola tem favorecido, os demais alunos no sentido da promoção da convivência harmoniosa e a valorização da diversidade humana. E o mais importante desta questão está no fato de que apesar dos desafios, das adaptações necessárias, como escola estamos avançando, melhorando, aprendendo e aperfeiçoando as práticas, rumo a excelência no atendimento educacional e inclusão de todos e a promoção da diversidade.

Todos foram unânimes em apontar os avanços das ações no que diz respeito ao acesso a aprendizagem, a participação, o acolhimento, a dignidade humana da pessoa com deficiência e que já são muitos os avanços alcançados, mas que não deixaram de apontar os problemas que ainda são gigantes, referentes as adaptações, a formação de professores, a inclusão das famílias e outros problemas como estrutura e outros pontos de ajustes necessário ao avanço e aperfeiçoamento das propostas visando a dignidade da pessoa humana, como preconiza a (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, p.4), que afirma "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos". Assim só há de fato a inclusão se as pessoas com deficiência tiverem acesso livre com respeito e dignidade, não apenas em sua família, mas também nos espaços escolares, nas comunidades que vive, na cidade, no estado, no país e consequentemente no mundo em que vive.

Outro ponto de atenção especial que deve ser levado em conta é que as políticas de inclusão da pessoa com deficiência não estão, nem devem ser limitadas a atender apenas as necessidades específicas das pessoas com deficiência, mas integrá-los a todos os alunos, conforme a Declaração (SALAMANCA, 1948, p.21), "A maioria das mudanças necessárias não se relacionam unicamente com a inclusão das crianças com necessidades educativas

especiais, antes fazem parte duma reforma educativa mais ampla que aponta para a promoção da qualidade educativa e para um mais elevado rendimento escolar de todos os alunos”.

A Educação como princípio, pensa no aluno como um ser integral, um ser humano diverso, único e com necessidades específicas que precisam ser atendidas, desenvolvidas, todos os alunos tenha deficiência ou não ele faz parte da comunidade escolar e precisa ser integrado a sua comunidade e um não deve ser negligenciado em detrimento de outro. Oliveira (2023, p.2) acredita que:

A Educação será um instrumento de desenvolvimento da personalidade humana, isto é, a educação será de caráter individual, de modo que cada pessoa possa respeitar os direitos do outro; também será uma educação capaz de promover a compreensão, a tolerância e a amizade entre as nações. Ou seja, a educação será um recurso capaz de transcender os indivíduos além do muro da escola, do bairro, da cidade e do país e fazer desse sujeito um cidadão do mundo.

A Educação inclusiva como qualquer tipo de Educação embora desenvolvida o ambiente escolar coletivo, ela precisa brotar e ser desenvolvida no coração de cada indivíduo, embora seja coletivamente que a política de inclusão é incentivada ela só alcança o real significado quando individualmente é assimilada e vivida no coração de cada indivíduo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, diante do estudo apresentado, das contribuições bibliográficas, das pesquisas de campo desenvolvidas, foi possível em parte entender a importância das políticas de Educação Inclusiva nas escolas regulares para o desenvolvimento e integração da pessoa com deficiência.

O estudo também respondeu ao problema da pesquisa, quando avalia os impactos positivos dessas diretrizes de Inserção destes cidadãos nas escolas regulares. Pois se antes estas pessoas eram excluídas da vida escolar, bem como da própria vida em comunidade, hoje, graças a estas ações inclusivas, as crianças e adolescentes com deficiência passaram a ter direitos garantidos que antes não tinham, elas passaram a ser incluídas no processo de ensino e aprendizagem das escolas e, conseqüentemente, passaram a atuar mais ativamente na sociedade que vivem.

Este processo tem impactado toda a comunidade escolar, pois a presença ativa e constante de um número cada vez maior de alunos com deficiência nos ambientes escolares e

consequentemente, as famílias destes alunos dadas as peculiaridades, são mais presentes nas escolas, pois estes alunos necessitam de um maior acompanhamento dos pais e responsáveis, assim como um número maior de profissionais para o acompanhamento, desenvolvimento e aprendizagem destes estudantes como: Auxiliares de sala, psicólogos, nutricionistas e outros profissionais que agora irão se juntar aos professores regulares e os demais alunos, trazendo uma mudança significativa na rotina e dinâmica do ambiente de aprendizagem.

O estudo apontou ainda que, apesar dos impactos positivos e dos avanços destas ações, também existem inúmeras dificuldades a serem superadas, pois as escolas, precisam se adaptar a nova realidade, às diferentes necessidades desses autores, dada a particularidade e a complexidade de alguns diagnósticos, pois a criança com deficiência apresenta, além das necessidades de aprendizagens comuns aos demais alunos, algumas que, a depender do diagnóstico, exigem um maior preparo e comprometimento não só dos profissionais, mas de todos que compõem a escola, os familiares e os demais alunos.

Um fator importante tem a ver com o conjunto de adaptações físicas, pedagógicas e atitudinais necessárias a adaptação destes alunos que apresentam certas limitações, a depender de cada diagnóstico em alguns casos múltiplas deficiências, necessitando assim, não apenas acompanhamento pedagógico, mas cuidados físicos, médicos ou terapêuticos e também afetivo e por isto é desafiador.

No caso da escola observada, a maioria dos alunos apresenta o diagnóstico de TEA e não tem sido fácil para as escolas o trabalho com alguns estudantes, por exigir maior preparo e comprometimento de todos os envolvidos, mas, apesar dos problemas, os resultados são positivos, dezenas de crianças estão tendo a oportunidade de aprender, de serem integradas à comunidade e a fazerem parte da sociedade em que vivem com dignidade e respeito, o que mostra que é possível avançar apesar das dificuldades, é possível acolher e oferecer dignidade às pessoas por meio de ações e um bom planejamento e trabalho de uma equipe preparada e comprometida em fazer o seu melhor apesar dos obstáculos.

Outro ponto relevante a considerar tem a ver com as adaptações sociais da pessoa com deficiência, as relações de comunicação e afetivas por parte dos colegas, da comunidade escolar, desde a participação dos motoristas, os porteiros, secretários escolares, merendeiras e todos que integram esta escola, uma vez que a inclusão demanda muitas outras esferas, vai além do simples acesso, mas o convívio com o diferente, com o desconhecido e estes fatores às vezes trazem medo aos que fazem a escola, como tudo que é recentemente novo requer tempo, adaptação, preparo e este preparo vai fortalecendo as escolas e estas políticas e preparando as escolas para serem de fato o lugar inclusivo que precisam ser.

E o mais importante desta questão está no fato de que, mesmo com as dificuldades enfrentadas pelas escolas, é possível perceber os avanços e continuar crescendo, aperfeiçoando as práticas, rumo à excelência no atendimento educacional e à integração e aprendizado de todos os atores que compõem o ambiente escolar.

E, por fim, a compreensão de que a inclusão é parte integrante de um processo que envolve a participação de cada indivíduo ocupando o seu lugar na sociedade em que vive com respeito e dignidade, pois inclusão se constrói coletivamente na valorização e no convívio harmonioso entre os diferentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2000.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho, Brasília, 1990.

BRASIL. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em: 20/08/2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria nº 55/2007, prorrogado pela portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: 2011.

CMEI – **Passinhos da Aprendizagem**, Centro Municipal de Educação Infantil de Serrinha dos Pintos – RN, dados de 2025.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS, 1994, **Salamanca**. Genebra: UNESCO, 1994.

CORREIA, G. B. ; BAPTISTA, C. R. **Política nacional de educação especial na perspectiva da**

Trabalho apresentado na data de 04/09/2025 como requisito para obtenção do título de Especialista em Atendimento Educacional Especializado.

educação inclusiva de 2008: quais origens e quais trajetórias? Revista online de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 22, n. 2, p. 716–731, 2018. DOI: 10.22633/rpge.unesp.v22.nesp2.dez.2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11905>. Acesso em: 16 jul. 2025.

CRUZ, H. M. S. D. ; OLIVEIRA, S. G. **Desafios e dificuldades da família e escola com crianças com transtorno do espectro autista.** Disponível em: <sheillaw.oliveira@professor.unis.edu.br>. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 12 de dez. 2020.

DECRETO Nº 3.956 DE 08 DE OUTUBRO DE 2001, Data de assinatura: 08 de outubro de 2001. Ementa: Promulga a **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.** Acesso em 12/07/2025, às 21h34min. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=3956&ano=2001&ato=2dd>>

HENRIQUE, F. (2009). **Métodos e Tipos de Pesquisas.** Disponível em: <http://comofazerumtec.blogspot.com/p/tipos-de-pesquisa.htm>
6Acesso em 10/07/2025.

GIL, Antônio Carlos (2008). **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** (6ª ed.). São Paulo: Atlas. Acesso em 10/07/2025, disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>

LANGUAGE TOOL, **corretor gramatical e ortográfico** — Disponível em: <https://chromewebstore.google.com/detail/corretor-gramatical-e-ort/oldcceeeldhonbafppcapldpdifcinji?utm_source=lt-homepage&utm_medium=referral..> acesso em 20/07/2025 às 7h.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: **Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Artmed, 1999.
Silva, Fabrícia Gomes da. Inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual: o atendimento educacional especializado (AEE) em discussão / Fabrícia Gomes da Silva. — Fortaleza, 2011.

OLIVEIRA, Adriane Silva de Abreu; ABREU, Cristiana Silva de; OLIVEIRA, Neuzenir Silva de Abreu; OLIVEIRA, Santino de. **Educação Especial no contexto escolar: inclusão e desafios.** *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, nº 18, 16 de maio de 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/18/educacao-especial-no-contexto-escolar-inclusao-e-desafios>

QUILLBOLT, **corretor ortográfico de textos.** Disponível em <https://quillbot.com/pt/corretor-ortografico/d/461d8c4c-dbfd-41a6-b571-df0df96ce251>. Acesso em 20/07/2025, às 13h.

SEMESP, Secretaria Municipal de Educação de Serrinha dos Pintos, RN, Dados da Educação. situada no Centro Administrativo Renato Estevão de Freitas nº 72, Email: Semesp@serrinhadospintos.gov.br, e educaspintos@gmail.com.

SERRINHA DOS PINTOS (RN). **Lei Municipal Nº 502/2024: Respalhada pela Lei Federal Nº 13.977/2020, assegura a proteção e a inclusão da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), garantindo prioridade no acesso a serviços públicos e privados.** Disponível em <<https://www.serrinhadospintos.rn.gov.br/legislacao>> acesso em 20/08 de 2025, às 9h.

ANEXOS

ANEXO 1. PESQUISA DE PAIS DE ALUNOS E PROFESSORES



ENTREVISTAS COM
MÃES E RESPONSÁV



PESQUISA 2
PROFISSIONAIS DA I

ANEXO 2. Lista de siglas

CMEI – PASSINHOS DA APRENDIZAGEM.

DA: Deficiência Auditiva. Refere-se à perda total ou parcial da audição.

DF: Deficiência Física. Refere-se a limitações no corpo que dificultam a realização de atividades cotidianas.

DI: Deficiência Intelectual. Refere-se a limitações no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo.

SEMESP: Secretaria Municipal de Educação de serrinha dos Pintos – RN.

TDAH: Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade.

TEA: Transtorno do Espectro Autista.